



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002687-16.2011.8.17.0001 (0285262-8)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 5ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ALDAIR ALMEIDA DA SILVA**  
**DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ANA ELIZABETH M. NEVES**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ**

**EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. APELAÇÃO CRIMINAL. MINISTÉRIO PÚBLICO. PENA DE MULTA. SANÇÃO COMPULSÓRIA PREVISTA NO TIPO PENAL DE FORMA CUMULATIVA. FIXAÇÃO DO DIA-MULTA EM 1/30 DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO. RECURSO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.**

1. Incabível, sob pena de ferir o princípio da legalidade, o afastamento da sanção pecuniária, haja vista ser essa de aplicação compulsória, em decorrência do preceito secundário do próprio tipo penal.
2. **Apelo ministerial provido, para restabelecer a sanção pecuniária de 12 (doze) dias-multa imposta na sentença. Decisão unânime.**

**ACÓRDÃO**

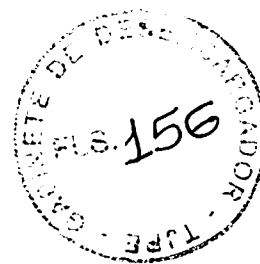
Vistos relatados e discutidos os autos do **Recurso de Apelação nº 0002687-16.2011.8.17.0001 (0285262-8)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em dar provimento ao apelo ministerial, para restabelecer a sanção pecuniária de 12 dias-multa imposta na sentença, fixando o valor unitário do dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17/04/2013

**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002687-16.2011.8.17.0001 (0285262-8)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 5ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ALDAIR ALMEIDA DA SILVA**  
**DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ANA ELIZABETH M. NEVES**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de apelação criminal proposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, contra a Sentença de **fls. 107/116** que condenou **Aldair Almeida da Silva**, à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 157, § 2º, incisos I e II, do CP<sup>1</sup> e 244-B da Lei nº 8.069/90<sup>2</sup>.

Interposto o recurso de **fl. 120**, cujas razões estão acostadas às **fls. 121/126**, pugna o Ministério Público pela reforma do *decisum* para que seja imposta ao acusado a pena de multa prevista no tipo penal de forma cumulativa.

Às **fls. 131/135**, o apelado apresentou contrarrazões onde pede pelo não provimento do recurso, com a manutenção da sentença vergastada.

Instada a se pronunciar a Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às **fls. 150/153**, opinou pela procedência do recurso.

<sup>1</sup> Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

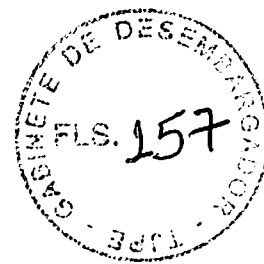
II – se há o concurso de duas ou mais pessoas.

<sup>2</sup> Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

**Pena** - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



Em seguida, vieram os autos à conclusão.

O acusado encontra-se atualmente **recolhido** na Penitenciária Barreto Campelo (fl. 128v).

É o relatório.

**À revisão.**

Recife, 14 / 02 / 2013

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002687-16.2011.8.17.0001 (0285262-8)**  
**COMARCA: RECIFE**  
**VARA: 5ª VARA CRIMINAL**  
**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**APELADO: ALDAIR ALMEIDA DA SILVA**  
**DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ANA ELIZABETH M. NEVES**  
**RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ**

**VOTO**

Requer o Ministério Público, em sede recursal, a imposição da sanção pecuniária, haja vista ser essa de aplicação compulsória, em decorrência do preceito secundário do próprio tipo penal.

Pois bem.

Após fixar a sanção do acusado o Juiz monocrático assim se pronunciou:

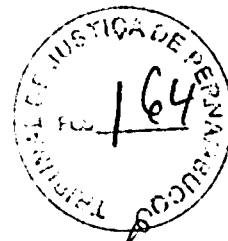
***"(...) Em face da situação econômica do acusado, aplico o perdão judicial no tocante aos dias multa...(...)" (grifo nosso - fl. 113)***

Todavia, tenho que agindo dessa maneira laborou em equívoco o douto Magistrado, pois tal "perdão" apresenta-se incabível, sob pena de se ferir o princípio da legalidade. É que o artigo 157 do Código Penal prevê a aplicação de pena de reclusão e multa. Não se trata desta feita, de faculdade do magistrado aplicar ou não tal reprimenda em cumulação à pena privativa de liberdade. A determinação é de caráter compulsório.

Sendo assim, deve ser restabelecida a determinação sentencial de pagamento de 12 (doze) dias-multa, correspondendo cada um dos dias à 1/30



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



(um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, tendo em vista a situação financeira do acusado.

Alfim, nos exatos termos do artigo 169 da Lei de Execuções Penais<sup>3</sup>, eventual pedido de parcelamento da pena pecuniária deve ser dirigido ao Juízo das Execuções Penais, a quem cabe apreciar dita matéria, sob pena de supressão de instância.

Por todas estas razões, **voto para dar provimento ao apelo ministerial, a fim de restabelecer a sanção pecuniária de 12 (doze) dias-multa, imposta na sentença, fixando o valor unitário do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, mantendo-se os demais termos da decisão impugnada.**

Recife, 17/04/2013

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

---

<sup>3</sup> **Art. 169.** Até o término do prazo a que se refere o artigo 164 desta Lei, poderá o condenado requerer ao Juiz o pagamento da multa em prestações mensais, iguais e sucessivas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0285262-8**

**COMARCA:** Recife - 5ª Vara Criminal  
**APELANTE:** Ministério Público Estadual  
**APELADO:** Aldair Almeida da Silva  
**PROCURADORA:** Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz  
**RELATOR:** Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de Apelação Criminal apresentada pela Ministério Público Estadual, contra a Sentença de fls. 107/116, proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital, datada de **28/05/2012**, que condenou a apelante à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente semi-aberto, pela prática dos delitos tipificados nos Arts. 157, §2º, I e II, CP (Roubo Bimajorado) e 244-B do ECA (Corrupção de Menores).

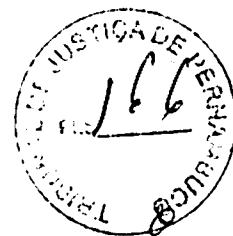
Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/04 que, no dia 13 de novembro de 2010, por volta das 16h00m, na Av. Abdias de Carvalho, nº 135, Madalena, nesta Capital, o apelado, acompanhado do adolescente de prenome "Douglas", chegou ao estabelecimento comercial "Nalva Cabeleireira" e pediu para entrar, gesticulando pela porta de vidro, como se quisesse cortar o cabelo.

Entretanto, os funcionários do local acharam o referido comportamento muito suspeito, razão pela qual responderam não haver profissional disponível naquele momento. Em razão disso, o acusado forçou a maçaneta e sacou um revólver, conseguindo entrar no salão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal

*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



Dentro do local do crime, o acusado começou a recolher os bens pertencentes às pessoas, conseguindo roubar R\$100,00 (cem reais) e três celulares. O apelado foi reconhecido e preso em virtude das gravações do sistema de câmara do estabelecimento comercial.

No Arrazoadado Recursal de fls. 121/126, a representante do Órgão Ministerial pugna pela reforma da Sentença exclusivamente no que diz respeito ao perdão judicial conferido pelo julgador monocrático em relação à pena de multa.

Nas Contrarrazões de fls. 131/135, a Defesa requer a manutenção da Sentença.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofereceu promoção pelo provimento do apelo, devendo ser restabelecida a pena de multa.

**O recurso merece ser acolhido.**

Como relatado, apenas o Ministério Público apresentou recurso contra a Sentença, e este se voltou exclusivamente para o perdão judicial concedido pelo julgador monocrático em relação à pena de multa então aplicada ao recorrido. Assim, inexistem questionamentos em relação à autoria e à materialidade dos delitos imputados ao apelado.

Conforme leciona NUCCI, o perdão judicial "é a clemência do Estado para determinadas situações EXPRESSAMENTE previstas em lei, quando não se aplica a pena prevista para determinados crimes, ao



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal

*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



*serem preenchidos certos requisitos objetivos e subjetivos que envolvem a infração penal.” (grifei)*

Assim, como bem versado pelo MP de 1º Grau, a extinção de punibilidade conferida pelo julgador monocrático foi de encontro ao preceituado na Lei, ofendendo o Princípio da Legalidade, o qual se caracteriza como norteador do Direito Penal. Transcrevo parte das citadas Razões recursais (fls. 124):

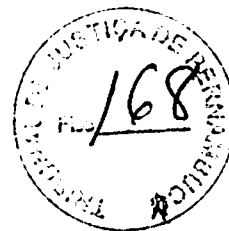
*“Em suma, trata-se de inobservância do princípio da legalidade ante a falta de sustentáculo legal a subsidiar a decisão de afastar a execução da multa. Acaso ficasse ao alvedrio do juiz a aplicação de referida causa extintiva da punibilidade, o estatuto penal o teria dito expressamente. Ao inverso, expressa é a exigência de previsão legal para a sua incidência. (...) o perdão judicial, no entanto, restringiu-se à sanção de ordem pecuniária, de modo a cindir a punição. A despeito de discussões doutrinárias e judiciais acerca da natureza da decisão concessiva de perdão judicial, máxime no que pertine aos efeitos secundários da condenação, o certo é que tem o condão de fulminar o efeito principal, isto é, a aplicação da pena. Neste sentido, revela-se incoerente a decisão que, por um lado, mantém intacta a pena de reclusão e, por outro, aplica o perdão judicial quanto aos dias-multa fixados para o mesmo delito. Seria o caso de conferir à sentença meritória dois sentidos, duas essências antagônicas: punitiva e extintiva da punibilidade, a um só tempo”.*

Assim, mostra-se realmente ilegal a decisão do magistrado de afastar exclusivamente a pena de multa imposta ao acusado, sob a argumentação de incapacidade econômica.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Terceira Câmara Criminal  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*



Finalmente, deve ser dito que a reprimenda de multa, por se constituir preceito secundário do tipo penal, não pode ser afastada, cabendo, no máximo, ao juiz das execuções penais analisar as condições financeiras do acusado, e, se for o caso, utilizando analogicamente o Art. 12 da Lei 1.060/50, suspender o referido pagamento pelo prazo de 05 (anos).

Pelo exposto, voto pelo **provimento do Apelo**, modificando a reprimenda imposta ao réu para restaurar a pena de multa, no quantum então indicado na sentença condenatória, qual seja, 12 (doze) dias-multa.

É como voto.

Recife, 17 de abril de 2013

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor